FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA/NA INCLUSÃO: a experiência de um curso de formação realizado a partir de um estágio docente[1]

Gabriel Pigozzo Tanus Cherp Martins[2]
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6031-2415

Mônica Caetano Vieira[3]
ID Lattes: **5103407927874355**

"A inclusão não é a última técnica
de ensino a ser aprendida e aplicada.
É uma Filosofia fundamental sobre
como percebemos às diferenças humanas".
(VALLE & CONNOR, 2017)

1. APRESENTAÇÃO

Pensar a inclusão é um desafio dos tempos atuais, diante de tamanha diversidade que compõe a escola. É importante que possamos ter em mente que este espaço do saber é complexo e tensionado. Tensão esta criada pela diferença entre saberes, culturas, línguas e conhecimentos. Incluir é transformar, é diversificar, é tornar o mundo acessível a todos de acordo com as suas especificidades e isso é uma prática que deve ser corriqueira, mesmo com esses tensionamentos e para "enfrentar" esse cenário se faz mister uma formação capaz de compreender esses meandros para que possamos oferecer o melhor para todos os alunos.

A escola é um espaço para todos. Um espaço capaz de acolher toda a diversidade de crianças e jovens que fazem parte de nossa sociedade. Diferenças

---

[1] Manuscrito apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Pedagogia, de um dos autores do texto. Uninter 2023.

[2] Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFJF, Licenciado em Geografia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) - (2007), Pedagogo (UNINTER / 2023) - Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - (2016), Especialista em Tecnologia Assistiva, Comunicação Alternativa e LIBRAS (UNISEB) - (2014) e Especialista em Tradução, Interpretação e Docência em LIBRAS (UNINTESE) - (2017). Tem experiência na área de educação, com ênfase em Geografia e na educação de surdos, atuando principalmente no ensino de LIBRAS e de Formação de tradutores e Intérpretes de Libras / Língua Portuguesa. Atualmente é Tradutor Intérprete de Libras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: gptcm84@gmail.com

[3] Possui graduação em Pedagogia (1989), especialização em Psicopedagogia (1990) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, especialização em Formação Docente para EAD (2022) pelo Centro Universitário Internacional UNINTER e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2011). Professora no Centro Universitário Internacional UNINTER nos cursos de Pedagogia, Psicopedagogia e Educação Especial. E-mail: monica.si@uninter.com

étnicas, sociais, culturais, políticas, linguísticas, religiosas e de gênero. Uma escola diversa, heterogênea. E a formação docente vai ao encontro dessa diversidade ou não? O que se sabe sobre a temática da inclusão? Quais as legislações que abarcam o direito de estar na escola? Quais posturas e comportamentos os docentes apresentam frente aos desafios da inclusão escolar?

Essas são algumas das inquietações que nos rondaram o pensamento quando nos deparamos com processos excludentes dentro de um sistema inclusivo. A perspectiva educacional para todos é algo que atravessa toda a escola e a comunidade ao seu redor, desta forma, ter professores bem formados e informados é algo fundamental para o bom andamento da instituição e para que possamos ter ambientes educacionais mais inclusivos e respeitosos.

Este relato tem por objetivo apresentar um curso de formação de professores cuja temática é a inclusão escolar e está organizado em quatro partes, da seguinte maneira: essa apresentação que traz a ideia inicial de pensar o texto, seguida de um tópico sobre a conceituação do que os autores entendem por inclusão e inclusão escolar. Na terceira parte, os autores discorrem sobre o curso e os conteúdos apresentados aos formandos, fazendo uma reflexão sobre algumas “passagens” e/ou momentos da formação e, na quarta e última parte, encerram o texto pontuando algumas considerações sobre a formação docente e a sua importância para uma educação, de fato, inclusiva.

2. CONVERSANDO SOBRE INCLUSÃO

Desde 1994 após a publicação da Declaração de Salamanca a temática da inclusão escolar vem sendo discutida e refletida em âmbito mundial de maneira permanente. É notório que os avanços em termos de legislação são significativos (Brasil, 1996; Brasil, 2008; Brasil, 2002; Brasil, 2015), mas em termos práticos ainda é possível enxergar gargalos e dificuldades quanto a sua completa implementação (Brasil, 2016). Neste tópico iremos conversar um “pouco sobre o que é, por que e como fazer inclusão” (Mantoan, 2015). Iremos conceituar e refletir sobre suas possibilidades e desafios.

Quando se fala em inclusão escolar a primeira imagem que se faz presente no imaginário social é a inserção das crianças com deficiência nas escolas comuns e isso é um grande equívoco. A inclusão escolar tem como premissa a participação

de todos os alunos independentemente de suas questões sociais, de gênero, etnia, deficiência entre outras características. Segundo Cunha (2015, p.9) “a inclusão não se refere tão somente a pessoas com necessidades educacionais especiais. Refere-se, em sua essência e legitimidade, a toda a educação, pois a educação é um direito de todos, e todos nós somos, por natureza, inacabados”.

Neste espaço educacional (escolas) eles deverão ser autônomos e efetivos, cada um à sua maneira, cada um tendo suas especificidades respeitadas. Dessa forma se faz mister que tenhamos em mente que a inclusão é um “direito inalienável” (Mantoan, 2015, p. 9) de todo e qualquer cidadão ao processo educacional, ou seja, ninguém deve ficar de fora dos muros da escola. Para que isso aconteça é necessário que consigamos incutir nos professores a ideia de que esse é um processo gradual e que depende do envolvimento de todos os atores que participam do universo escolar, ou seja, professores, gestores, funcionários da escola e a comunidade externa. Precisamos incentivar estes atores a fim de proporcionar um ambiente que acolha e promova a diversidade que compõe a pluralidade de nossa sociedade. De acordo com Mantoan (2015, p. 16)

> O direito à educação é indisponível e natural, não admitindo barganhas. Não há o que negociar quando nos propormos a lutar por uma escola para todos, sem discriminações, sem ensino à parte, diferenciado para os mais e os menos privilegiados. Meu objetivo, em uma palavra, é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas.

Como dito anteriormente é importante que tenhamos em mente que a escola é um lugar para todos, um lugar que busca humanizar e singularizar os processos de ensino e aprendizagem, adequando os conteúdos institucionais às reais necessidades e vivências de cada estudante que forma esse caleidoscópio sócio-histórico-cultural. Como nos apresenta Orrú (2017, p. 45) a “inclusão pressupõe “fazer COM o outro”, “aprender COM o outro” e não sozinho, isolado, segregado, marginalizado”.

De acordo com Valle e Connor (2015, p.84) a inclusão é “enquadrada como uma questão de justiça social e de equidade educacional, a inclusão é um sistema de crenças de âmbito escolar, no qual a diversidade é vista como um recurso rico para todo mundo, em vez de um problema a ser superado”. A noção de “um problema a ser superado” é algo muito comum quando se trata de inclusão na

prática, aquela do “chão da escola”. Uma formação (inicial e continuada) deficitária e inacabada (iremos abordar mais a frente) acarreta uma visão “problemática” sobre a diversidade de nossos alunos.

Para Mantoan (2015, p.28) “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais (...)”. E “todos os demais” significa que ninguém fica de fora da escola. Esse é, para o autor, o maior desafio da inclusão escolar, ou seja, como educar a todos? Um questionamento que requer reflexão e ação na busca de uma escola/ensino de qualidade. Para Mantoan (2008, p. 61) “as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidade humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas”.

O processo inclusivo é algo que desestabiliza o sistema educacional rígido e engessado. É um produto dos movimentos sociais das pessoas com deficiência e de uma educação pluralista, democrática e transgressora (Freire, 2015; Freire, 2011). Neste sentido, a desestabilidade causada pela nova configuração de alunos existentes abala as identidades e práticas dos docentes e do corpo pedagógico que compõem a instituição escolar moderna-contemporânea. Este aluno é único e essa singularidade é composta por identidades multifacetadas que vão de encontro com a homogeneização do ensino e a busca de uma normalidade.

Quando encontramos espaços escolares abertos às diferenças é possível ver que a diversidade que configura este local é respeitada e valorizada e suas necessidades educacionais atendidas, quer dizer, o ensino bancário, tradicional, e não reflexivo é colocado de lado e novas práticas passam a estabelecer novas relações de ensino e aprendizagem.

> Para ensinar a turma toda, temos de propor atividades abertas, diversificadas, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos e em que não se destaquem os que mais ou menos sabem. Em uma frase, as atividades são exploradas, segundo as possibilidades e interesses dos alunos que optaram livremente por desenvolvê-las (Mantoan, 2008, p. 62/63).

Para que estas “novas abordagens” possam ser desenvolvidas é necessário que procuremos trazer para nossa prática cotidiana alguns processos pedagógicos

como o “debate, pesquisas, registros escritos, falados, observação, vivência” (Mantoan, 2008, p.63). Isso fará com que os conteúdos escolares possam ser trabalhados de maneira a contemplar a realidade e os interesses dos educandos (Freire, 2015). É necessária uma pedagogia crítica, dialógica, interativa, contextual e livre, garantindo a diversidade e a liberdade de expressão e opinião dos alunos.

3. O CURSO

A proposta por uma ação formativa surgiu a partir das atividades curriculares do estágio obrigatório do autor deste texto enquanto se licenciava em Pedagogia. Durante o período desta atividade e a partir das observações realizadas algumas inquietações foram surgindo, sobre a inclusão das crianças com deficiência, até que foi realizada uma proposta de formação dos professores da escola[4]. A escola aceitou e agendamos dois dias para que pudéssemos “conversar” sobre inclusão com os docentes.

A escola é uma instituição que atende crianças do maternal ao 5º ano do Ensino Fundamental I em tempo integral e parcial. Conta com um corpo docente de 10 professores além da coordenação, direção e secretariado. É uma instituição de “orientação familiar”, ou seja, a diretora é a fundadora da escola e suas filhas e netas atuam na coordenação, na secretaria (administração) e na docência de algumas disciplinas. Além da atividade primária da escola há o oferecimento de uma atividade extra (*Jiu* Jitsu) após o horário de término das atividades curriculares.

O curso foi pensado para durar cerca de 4 horas/aulas, ou seja, dois dias (dois tempos) com 1h40’. A proposta foi que o autor fizesse uma explanação sobre a temática da inclusão num primeiro momento e no outro encontro seria destinado ao trabalho de algumas estratégias de ensino para crianças com deficiência (essa era a maior preocupação das docentes). Por conta disso os tópicos foram os seguintes: o que é inclusão; as principais legislações que garantem a inclusão; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (um tópico só para essa política); Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estratégias de ensino para crianças com deficiência.

---

[4] O nome da escola foi omitido e dos participantes foram modificados para manter anonimato dos mesmos, preservando suas reais identidades. As professoras serão identificadas por Professora 1, Professora 2 e assim por diante.

Ao iniciar o curso o professor fez o seguinte questionamento: qual o público da educação inclusiva? A resposta em sua maioria foi a seguinte: *"crianças com deficiência e agora os autistas"*. Diante disso e da possibilidade de saber que a resposta seria essa, o autor iniciou o curso com a diferenciação entre os conceitos de educação especial e educação inclusiva para que os dois campos de estudos pudessem ficar bem delimitados, bem como os públicos atendidos. Isso foi realizado por perceber durante o período de estágio alguns docentes usarem os dois termos como sinônimo e por perceber, em alguns discursos, que havia uma confusão em delimitar os campos. Para isso apresentou-se os conceitos de exclusão, integração, segregação e inclusão, de acordo com a imagem abaixo. Essa imagem auxiliou, de maneira visual, a compreensão de todo o processo histórico e diferenciação conceitual.

Imagem 01

Fonte: http://dianianepereira.blogspot.com.br/2012/11/gestos-x-lingua-de-sinais.html

Dessa forma, pensa-se a educação inclusiva como uma perspectiva educacional que compartilha, comunga e contempla os direitos humanos, rompendo com a ideia de homem universal, padrão para toda a sociedade considerando, assim, a sua multiplicidade. A educação especial, de acordo com a Lei nº 12.796 de 2013 (Lei que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Nº 9.394 de 1996) em seu artigo 58, é "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 2013).

Durante as discussões iniciais foi inserido como pauta o conceito de equidade, ou seja, tratar cada um de acordo com as suas especificidades e singularidades. Isto se deu a partir de um questionamento, realizado por uma discente do curso e docente da escola sobre "*como ensinar a todos em uma sala de aula com 30 alunos"?* Essa sempre acaba sendo uma das questões que ouvimos quando tratamos de educação inclusiva como uma perspectiva de educação para a diversidade.

Terminada a explanação inicial e seguindo o cronograma do curso apresentamos algumas legislações que garantem o direito de todos estarem dentro da escola. Para isso recorremos aos artigos 205 e 206 da Constituição Federal (CF) de 1988 que tratam a educação como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988), além de pontos relativos ao acesso e permanência na escola. É importante destacar que a CF também trata sobre a liberdade de aprender e ensinar e do pluralismo de ideias. Além da CF foi apresentado aos cursistas alguns tópicos da Declaração de Salamanca de 1994 (documento que inaugura mundialmente as discussões sobre inclusão) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Uma das professoras participantes do curso trouxe para a discussão o currículo escolar. Para ela é inviável a "adaptação" (aspas usadas na fala dela gestualmente) para ensinar as crianças com deficiência. Para isso foi dito que a adaptação curricular está expressa na LDB de 1996 em seu artigo 59 inciso I: "Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação (...) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades" (Brasil, 1996).

Quando buscamos adaptar o currículo às reais necessidades educativas e de autonomia das crianças e jovens, oferecemos aos professores a possibilidade de ter uma maior flexibilidade e capacidade de transformações destas realidades e de mudanças de inúmeros contextos escolares. Esta "adaptação", questionada pela professora, é a forma que a instituição escola e os docentes têm de diversificar e de facilitar uma aprendizagem que contemple a todos.

O autor acredita que a "confusão" existente entre os conceitos de educação inclusiva e especial e seus respectivos públicos, têm relação com o artigo 59 da LDB de 1996 e principalmente com a Política Nacional de Educação Especial na

Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Isto pois as duas legislações apresentam seus públicos alvo como: “crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”. Isso faz com que a ideia de inclusão fique restrita à “somente” este público.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo:

> assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008, p. 14)

No item seguinte ao objetivo a Política Nacional (Brasil, 2008) destaca os alunos atendidos por ela, ou seja, crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, mas é importante destacar que o documento enfatiza a necessidade de se pensar a multiplicidade destas crianças e jovens, uma vez que,

> pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (Brasil, 2008, p. 14)

Uma das inúmeras estratégias criadas pelas políticas públicas de educação para que fosse possível fazer com que as crianças que apresentassem alguma necessidade educativa especial, aqui já não é mais somente as crianças público alvo apresentadas acima, mas todas, é o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE busca contemplar e suplementar a educação oferecida pelas escolas comuns.

De acordo com a Política Nacional o “atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que

eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas" (Brasil, 2008, p. 16). Ele acontece no contraturno do ensino regular e suas atividades são diferenciadas e singulares, buscando oferecer possibilidades diversas das que são oferecidas no turno. Durante a exposição do AEE uma das professoras participantes perguntou se era "possível retirar a criança de sala de aula?". Essa possibilidade não existe, pois além de não haver respaldo legal, caso o fizesse estaria negando à criança o direito de estar na sala e de aprender. Foi importante destacar que o AEE não é uma atividade substitutiva da educação regular.

Para finalizar a formação foram apresentadas algumas atividades que podem ser construídas, utilizadas e replicadas em toda a escola. A construção dessas atividades pode ser realizada pelos próprios docentes sozinhos ou em parceria com as crianças. São confeccionadas com materiais recicláveis e de fácil acesso. Abaixo segue algumas das atividades apresentadas no dia da formação.

Imagem 2 - JOGO DO ABRE E FECHA / CORES

OBJETIVO: Desenvolver coordenação motora fina e reconhecimento de cores.

Fonte: Xavier e Martins, 2020

Imagem 3 - DOMINÓ DE TECIDO
OBJETIVO: Desenvolver percepção viso-motora e concentração

Fonte: Xavier e Martins, 2020

Imagem 4 - CORRIDA DE CAVALOS
COMO JOGAR: A criança escolhe um cavalo (cor). Arremessa o dado e segue no tabuleiro.
OBJETIVO: Desenvolver concentração, reconhecer a sequência numérica.

Fonte: Xavier e Martins, 2020

Imagem 5 - BINGO DE PALITOS
COMO JOGAR: Distribuir as cartelas entre os alunos. O professor irá sortear os palitos coloridos.
OBJETIVO: Desenvolver a concentração, atenção e percepção viso-motora.

Fonte: Xavier e Martins, 2020

Imagem 6 - SOMA DIVERTIDA

COMO JOGAR: Cada criança arremessa duas bolinhas e realiza a adição correspondente a caixinha onde suas bolinhas foram arremessadas.

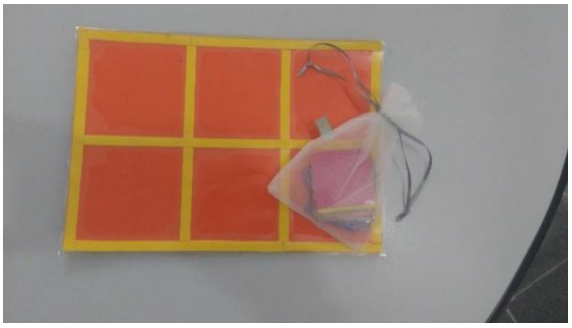
OBJETIVOS: Desenvolver habilidades de coordenação motora, adição, reconhecimento de algarismos.

Fonte: Xavier e Martins, 2020

Imagem 7 - QUEBRA CUCA

COMO JOGAR: Distribuir as fichas coloridas nos quadrados superiores. A distribuição pode ser aleatória: duas vermelhas, 1 amarela e 1 verde, 3 azuis. A criança deverá reproduzir nos quadrados inferiores a mesma sequência.

OBJETIVOS: Desenvolver habilidades de concentração, atenção e percepção viso-espacial.



Fonte: Xavier e Martins, 2020

Imagem 8 - CAÇAPA NUMÉRICA

OBJETIVOS: Desenvolver reconhecimento dos algarismos, trabalhar no campo aditivo ou multiplicativo, desenvolver habilidades de coordenação motora.

Fonte: Xavier e Martins, 2020

Este curso de formação foi um momento muito importante tanto para os autores quanto para os professores, uma vez que durante os dois encontros pudemos conversar sobre as dificuldades e angústias que encontramos nos percursos formativos e profissionais, além de aprimorar os seus conhecimentos e nos desenvolverem em relação aos conhecimentos difundidos e adquiridos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa experiência profissional e acadêmica, faz com que possamos ter momentos de interação, com docentes e com alunos, os quais a ludicidade é parte integrante e essencial deste processo de ensinar e aprender. A docência é um lugar onde a habilidade de tornar aquilo que está distante, longe, difícil, impossível em algo mais palpável, mais acessível e capaz de ser aprendido e apreendido por todos.

A formação docente para e na inclusão é algo que deve ser potencializado nos cursos de formação de professores e estimulado nas formações continuadas. A escola é múltipla, é diversa, é potência e a formação, por vezes, não contempla essa rica diferença existente em nosso cotidiano escolar.

Pensar e repensar a formação de professores é uma forma de cuidar das crianças que compõem e constroem o ambiente escolar. Essa formação é possibilitar um espaço em “que SER e ESTAR, seja qual for a condição em que essa criança se encontra, seja construído e vivenciado de forma plena por todos” (XAVIER e MARTINS, 2020, p. 30). Tanto a escola, quanto à universidade são espaços privilegiados de construção do conhecimento e isso torna este “SER e ESTAR” fundamental para educação.

Pensar e organizar um curso de formação para professores sobre a referida temática foi uma forma de contribuir para com a formação continuada de “colegas de profissão” e de garantia de estar contribuindo para um amanhã mais inclusivo, diverso e singular.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, **2017**. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146,** de 06 de junho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB, 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 abr. 201

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **A Consolidação da Inclusão Escolar no Brasil – 2003 a 2016.** Brasília: MEC/SECADI, 2016.

CUNHA. Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a Inclusão e Diversidade.** 5 ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade.** 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 59 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Ensinando a Turma Toda: as diferenças na escola. In: MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

ORRÚ, Sílvia Ester. **O Re-inventar da Inclusão:** Os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

XAVIER, Ana Paula; MARTINS, Gabriel Pigozzo Tanus Cherp. Jogos e Aprendizagem: um caminho possível entre o atendimento educacional especializado e a prática na sala de aula comum. In: XAVIER, Ana Paula; MARTINS, Gabriel Pigozzo Tanus Cherp (org.) **Imersões Cotidianas na Educação Inclusiva:** múltiplos olhares, múltiplos saberes. 1.ed. Curitiba: Appris, 2020.